A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA ÀS MARGENS DO RIO AJUAÍ EM ABAETETUBA/PA

Nilcivone Rodrigues Macedo[1]

Lílian de Lima Pereira[2]

Aline Santana Pureza Maciel[3]

INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta um relato de experiência enquanto professora cuidadora em uma escola municipal às margens do Rio Ajuaí em Abaetetuba/PA. Ressaltando a importância da acessibilidade no espaço educacional para promover a inclusão dos alunos com deficiência, pois, ao adentrar no espaço escolar devem ser assegurados às pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida possibilidades a sua permanência, nos diversos espaços da escola, garantindo assim os direitos de ir e vim de forma autônoma e independente e os direitos a uma escola e educação inclusiva.

Neste texto, apresentamos as dificuldades de inclusão da pessoa com deficiência física em uma escola municipal Padre Anchieta, demonstrando que a estrutura física da escola não está em acordo com as normas da ABNT NBR 9050/2020. As escolas necessitam ofertar modificações e melhorias para acessibilidade física e estrutural dando voz às pessoas com deficiência que precisam de uma escola mais inclusiva e acessível às suas necessidades.

Sabe-se que quando um indivíduo nasce com deficiência física pode trazer alguns tipos de alterações completa ou parcial em um ou mais segmentos do corpo. Esse tipo de deficiência muitas vezes se caracteriza pelo

[1] Discente do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia-FAM (Abaetetuba/PA). E-mail: nilcivonemacedorodrigues@gmail.com.

[2] Professora Especialista e orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso da FAM (Abaetetuba/PA). E-mail: lialima78@hotmail.com.

[3] Mestranda em Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Territórios do Programa de Pós Graduação em Cidades, Territórios e Identidades-PPGCITI da Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba/PA. E-mail: alinemaciel18@outlook.com.

comprometimento de alguma função física do indivíduo, podendo ser permanente ou temporária, completa ou parcial. Dependendo do grau da deficiência, o indivíduo pode ficar em uma condição de limitação no desenvolvimento de uma ou mais atividades da vida cotidiana.

Levando em consideração essas condições para realizar o processo de inclusão desses alunos no espaço escolar, é preciso oferecer acessibilidade (espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado, de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida) como recomenda as Normas Técnicas Brasileiras de Acessibilidade (ABNT, 2020).

Sendo assim, todos os espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, devem atender ao disposto nesta norma para serem considerados acessíveis.

Diante do exposto a pesquisa em questão surge a partir das experiências vividas como professora cuidadora onde algumas inquietações surgem sobre os impactos da falta de acessibilidade arquitetônica no espaço escolar que atende alunos com deficiência física, no contexto ribeirinho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados aqui apresentados e discutidos retratam a experiência como professora cuidadora de uma aluna com deficiência física neste espaço escolar, considerando as instalações físicas.

Em 2017, trabalhei como professora cuidadora de uma aluna com deficiência física, matriculada no 5º ano do ensino fundamental. Essa experiência foi um grande desafio e ao mesmo tempo satisfatória, já que adquirir uma significativa experiência profissional.

O Projeto Professor Cuidador foi regularizado e implementado pela Secretaria Municipal do Município de Abaetetuba no ano de 2009 e tinha como

"objetivo principal promover a permanência e o sucesso do aluno com deficiência na escola, efetivando os princípios da inclusão educacional" (BRASIL, 2009, p. 06). Já a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) estabelece para esse profissional uma nova nomenclatura, perfil e atribuições mediante o capitulo I, art.3º, inciso XIII:

> Profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015, p.23).

Atuando como professora cuidadora de uma aluna com deficiência física vivenciei os obstáculos desse alunado na perspectiva da educação inclusiva. Um deles era a falta transporte escolar acessíveis e adaptados. Nos dois primeiros meses, ela chegava de rabeja (tipo de barco pequeno) com outras crianças, mas devido alguns fatores ambientais como a seca no igarapé (braço de um rio) onde morava, as dificuldades de deslocamento aumentaram.

Figura 1: Ponte de acesso a entrada da escola

Fonte: dados da pesquisa (2021).

A escada principal era de degraus, mas logo embaixo tinha mais uma pequena sem degraus, e em péssimas condições. Os corredores próximos às salas de aulas são estreitos e impedem a locomoção e mobilidade da aluna com deficiência física pela escola.

Figura 2: Corredor de acesso as salas de aulas

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Segundo informações da diretora da referida instituição de ensino, esse corredor tem as medidas aproximadamente de 1,14 m. Conforme as normas ABNT - NBR9050, tanto as instituições públicas como as privadas os corredores devem ser amplos em suas instalações com no mínimo 0,90 cm de uso comum, já para o uso público como a escola este dever ter 1,50 para propiciar aos alunos um deslocamento com autonomia, sem possível constrangimento, para que possa deslocar-se livremente dentro das instalações, sem nenhum obstáculo.

O prédio escolar tem 02 (dois) banheiros (um feminino e outro masculino). No período em que estava auxiliando a aluna com deficiência física, ajudava ao uso do banheiro, pois as portas e o espaço interno não possibilitavam adentrar com a cadeira de roda. Logo percebi que os banheiros não possuíam as medidas adequadas de acordo com a NBR9050, que indicam para as portas medidas no mínimo 0,80 cm de largura para que consiga entrar sem que haja qualquer tipo de constrangimento e objeção em relação a sua deficiência.

A sala de aula que a aluna estudava era ampla, com pouco materiais e recursos didáticos pedagógicos. Dificilmente a aluna saia da sala de aula para trafegar em outros ambientes da escola, pois a porta da sala de aula era estreita medindo 74 cm largura e 1,80 altura, bem como a falta de rampa,como pode se ver na figura abaixo. Segundo as normas NBR9050, "nas edificações e equipamentos urbanos todas as entradas devem ser acessíveis, bem como as rotas de interligação às principais funções do edifício" (BRASIL,

2020, p. 69).

Figura 3: Sala de aula

Fonte: dados da pesquisa (2021).

A entrada da escola é através de uma escada de concreto, em péssimo estado. As normas da NBR9050 recomendam que as rampas têm que ter um leve declive ou ser em nível do chão.

CONSIDERAÇÕES

Percebe-se que a escola não possui rampas e corrimões de acesso na entrada, bem como nas salas de aula, corredores e demais espaços, o que denota que as normas recomendadas pela ABNT NBR9050 não foram implementadas nas instalações físicas a fim de garantir acessibilidade a todos. Com o registro fotográfico e observações das medições das instalações físicas avaliamos que 90% das portas das salas de aula, dos banheiros e demais dependências da escola não apresentam portas com larguras ideais para a passagem de alunos com deficiência física e/ou mobilidade reduzida.

Acreditamos que a escola enquanto espaço público e democrático formalizaria o que está previsto nos princípios de uma escola inclusiva mediante as orientações dos documentos legais que primam pela garantia da acessibilidade nos diferentes níveis.

Enquanto ao trabalho do cuidador (atualmente denominado profissional de apoio escolar) deve transcender as atividades de orientação à locomoção, higiene, alimentação no ambiente escolar, contribuindo com o

desenvolvimento integral do aluno público alvo da educação especial e assim subsidiar a independência, autonomia, os cuidados básicos, bem como auxiliar o aluno sempre que necessários nas atividades escolares.

Concluímos que promover acessibilidade nas regiões rurais, especificamente nas localidades ribeirinhas constitui-se um grande desafio,sobretudo devido as especificidades geográficas e ambientais do local, muitas vezes impossibilitada de garantir adequações necessárias no prédio escolar a fim de assegurar o processo de inclusão plena dos alunos com deficiência física entre outras.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **História da normalização brasileira** / Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

_____. **Norma brasileira, ABNT NBR 9050**. 4. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BRASIL.**Projeto professor cuidador**. Coordenação de educação especial/SEMEC - Abaetetuba – Pará. 2009.

_____. **Lei n.13.146**, de 6 de julho de 2015. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>.

_____. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/554329/estatutoda_pessoa_com_deficiencia_3ed.pdf>. Acesso em: 13/04/2021.